



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETÁRIA-EXECUTIVA
CONSELHO DO AGRONEGÓCIO
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Sala do CNPA – Brasília - DF.

DATA: 31 de março de 2010

HORÁRIO: das 10 às 12h00 horas

PAUTA

1. Abertura da reunião;
2. Apreciação e Votação da ata da 17ª Reunião Ordinária;
3. Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara;
 - i. Relatório de Gestão da Coordenação das Câmaras
 - ii. Agenda Estratégica
 - iii. Missões Internacionais – Secretária de Relações Internacionais
4. Panorama da safra 2009/2010 nos Estados
 - a. Área plantada
 - b. Condições das lavouras
 - c. Projeção de produção de algodão em caroço/pluma
5. Comercialização do Algodão
 - a. PEPRO 2010
 - b. EGF para indústria
6. Assuntos gerais;

Membros Titulares

Titular	Instituição	Suplente
Sérgio De Marco – Presidente	ABRAPA	
Manoel Galvão M. Júnior - Secretário	MAPA/SE	
Paulo Márcio Mendonça	MAPA/SE/CGAC	
Aguinaldo José de Lima	MAPA/SE/CGAC	
	ABIT	Pocho Silveira
	ABAPA	João Carlos Jacobsen
	ABRAPA	Ricardo M. Marcondes
	ABRASEM	P/ Ilson Afonso
	ACOPAR	Almir Montecelli

	AGOPA	Dulcimar Pessatto Filho
Arlindo de Azevedo Moura	AMAPA	
Inácio Carlos	AMIPA	
Gilson Pinesso	AMPA	Décio Tocantins
	AMPASUL	Paulo Henrique Piaia
Marcelo Escorel	ANEA	Marco Antonio Aluísio
Fábio Pereira Júnior	APIPA	
Ronaldo Spirlandelli	APPA	
	BB	Carlos Marcos Valverde
	BBM	P/ Jonas Lima Nobre
Haroldo Rodrigues da Cunha	CNA	
Djalma Fernandes de Aquino	CONAB	
Sávio Rafael Pereira	MAPA/SPA	
Emerson Luiz Gazzoli	MF	
Hélvio A. Fieldler	OCB	
P/ Carlos Alberto Menegati	SRB	
Paulo Eduardo Degrande	UFGD	

DETALHAMENTO DA PAUTA

1. Abertura da reunião;

Às dez horas do dia trinta e um de março de 2010, na Sala do CNPA, Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Brasília/DF, foi aberta pelo Presidente da Câmara, Sergio de Marco, a 18ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados que saudou os presentes. Logo em seguida agradeceu a presença do Ministro Reinhold Stephanes e destacou o seu trabalho no apoio à cotonicultura Brasileira, lembrando seu potencial de geração de emprego e renda no país. Os membros João Carlos Jacobsen (ABAPA), Haroldo Cunha (CNA) e Gilson Pinesso (AMPA), também destacaram e agradeceram os trabalhos do Ministro em prol do setor produtivo do algodão brasileiro. Na oportunidade, o Sr. Carlos Alberto Albuquerque representando a Câmara da Fruticultura juntamente com o Deputado Afonso Ham entregaram ao Ministro uma homenagem do setor.

2. Apreciação e Votação da ata da 17ª Reunião Ordinária;

A Ata foi aprovada por unanimidade sem modificações pelo plenário da Câmara.

3. Avisos e informações da Presidência e Secretaria-Executiva;

O Secretário da Câmara, Manoel Galvão, informou os encaminhamentos da reunião anterior.

- Relatório de Gestão da Coordenação das Câmaras. O Coordenador Geral das Câmaras, Paulo Márcio Mendonça, apresentou estatística sobre a participação dos membros da câmara, destacando a participação dos membros na reunião da câmara.
- Agenda Estratégica. O Sr. Manoel fez um breve relato sobre a Agenda Estratégica, informou que a intenção é gerar um documento com diretrizes e prioridades a ser entregue ao próximo Ministro, e que seja um fator de continuidade dos trabalhos também para o próximo governo que se inicia em 2011. Informou que houve no dia 15/03 a primeira reunião para a elaboração da Agenda Estratégica.
- Missões Internacionais – Secretária de Relações Internacionais. O palestrante solicitou que se transferisse a sua apresentação para a próxima reunião da Câmara.

Ficou para a próxima reunião.

- PLS 458/2009 – Regulamentação do Trabalho Rural
 - Trata da adequação, regulamentação e modernização da legislação rural trabalhista
 - Autoria: Senador Gilberto Goellner
 - Relator: Senador Raimundo Colombo (c/ Parecer)

4. Panorama da safra 2009/2010 nos Estados

Em seguida o Presidente solicitou aos representantes dos produtores estaduais expusessem os números da área plantada conforme a seguir:

UF	Área Total (Hectares)	Adensado (hectares)	Em caroço (@/ha)	Pluma (t)	Colheita
BAHIA	257.568	10.854	266		20/05
PARANÁ	800		200		01/04
GOIÁS	55.818	8.182	285	92.400	20/05
MARANHÃO	11.695	30	270		
MINAS GERAIS	13.600 (1 mil N. MG)	750	280 (80-200 Norte MG)		05/05
MATO GROSSO	424.706	51.500	270	650.000	05/06
MATO GROSSO DO SUL	38.800	3.600	280 / 250		10/06
PIAUI	4.950	50	260	8.000	15/06
SÃO PAULO	6.500	600	270	10.200	01/04

Sérgio De Marco anunciou uma área plantada de 842 mil hectares, considerando-se o plantio de 27,3 mil hectares de algodão em regime de agricultura familiar. Concluiu um a produção próxima a 1,28 milhões de toneladas de pluma para 2010. Teremos então um milhão de toneladas de consumo interno e um excedente próximo a 300 mil toneladas exportáveis. Destacou o crescimento do Algodão adensado de 6,0 mil para 75,6 mil hectares. Gilson Pinesso destacou que, em recente viagem comercial à China, surpreendeu-se com a constatação de que 30% das áreas plantadas daquele País eram formadas por algodão no sistema adensado. Aproveitou essa informação para revelar sua indignação com algumas indústrias têxteis nacionais, que estão fazendo constar em seus contratos de compra e

venda cláusulas que não aceitavam o produto algodão adensado. Concluiu que a indústria tem de exigir algodão de qualidade e que suas compras têm de se basear nesse critério unicamente advindo dos resultados de HVI e classificação visual. O Plenário registrou o pedido à ABIT para que as aquisições sejam feitas com base na qualidade do algodão sem restrições ao método de plantio.

5. Comercialização do Algodão

O Representante da ABIT, Pocho Silveira, comentou sobre as dificuldades das empresas para obter crédito (EGF) na época da safra, para poder comprar e estocar algodão a juros baixos. Pediu uma maior flexibilidade na norma e maiores limites por empresa para o tomador de EGF indústria. Explicou seu ponto de vista dizendo que o produtor tem o PEPRO, verba que complementa o vazio entre o preço de mercado e o preço mínimo. Disse também que a indústria, para fazer jus à verba de EGF tem de comprovar que adquiriu o produto pelo preço mínimo. Pede então que seja analisada a possibilidade de interpretação de que o produtor da mercadoria esteja recebendo o preço mínimo, quando esta for objeto de PEPRO. Ai então a indústria poderia tomar o EGF, sem ter a obrigatoriedade de desembolsar valores diferentes do mercado para o produto. O Sr. Sérgio De Marco complementou, dirigindo-se especialmente ao representante do Ministério da Fazenda, informando que há 700 mil toneladas comercializadas, contratadas a dois ou três anos atrás, abaixo do preço mínimo de R\$ 44,60/@, das quais 400 mil toneladas destinam-se à exportação e 300 mil toneladas para o mercado interno. Isso dificulta para a indústria o pagamento do preço mínimo aos produtores. O produtor vende antecipadamente porque precisa fazer dinheiro para plantar. A indústria nacional e a exportação vão receber esse algodão ao preço médio contratado de US\$ 62,50/lp (R\$ 36,00 a R\$ 37,00/@), porque o produtor tem de honrar seus contratos sob pena de se ruir todo sistema de confiança que existe entre vendedores e compradores. O representante do Banco do Brasil informa que a linha de crédito EGF-Indústria está operacional, com período de contratação entre 01/jan. a 31/dez., com teto de R\$ 20 milhões com recursos controlados e além do teto pode-se operar com recursos não controlados. Prazo de 90 dias podendo alongar-se até 150 dias. Taxa de 6,75% a.a. e que não estão faltando recursos. Pocho Silveira considerou o teto de R\$ 20 milhões ínfimo para as grandes empresas e lamentou que a linha não esteja disponível aos industriais sediados no Ceará e no Rio Grande do Norte, onde se localizam as grandes confecções brasileiras. O representante do Banco do Brasil ficou se pesquisar o porquê da não previsão de recursos para os Estados citados e responder à Câmara, além de consultar se haverá possibilidade de estender a esses Estados a linha desse financiamento. Disse que há recursos não controlados e que a taxa de juros está girando em torno de TR + 12% a 15%. Hélio Fieldler da OCB lembra a dificuldade em se pleitear que o programa de EGF seja alterado de tal forma que seu tomador, a indústria têxtil adquirente da matéria prima algodão seja desobrigada de pagar ao produtor o preço mínimo, pois o EGF – Indústria faz parte da PGPM (Política de Garantia de Preço Mínimo). João Jacobsem da ABAPA colabora sugerindo que se estude um mecanismo através de documentos que comprovem ao Banco do Brasil o recebimento do preço mínimo, ainda que pelo PEPRO e que possibilite a aquisição deste pela indústria tomadora do EGF. Também sugere que se faça um pleito ao Ministério da Fazenda da criação de uma linha de crédito internacional, semelhante ao ACC, dirigida ao produtor que queira destinar seu produto à indústria têxtil e não à exportação. Gilson Pinesso da AMPA alerta que a verba de PEPRO tem coberto nos últimos três anos 60% da produção. Djalma Aquino concorda com a posição do representante da OCB, de que a verba para EGF é oficial e o recebimento do preço mínimo deve ser condição fundamental para obtenção desse financiamento. Lembrou que a SPA/MAPA está esperando contribuições ao PAP 2010 e que o aumento de limite de R\$ 20 milhões para R\$ 50 milhões deve ser objeto de sugestão àquela Secretaria. O Plenário deliberou pelo envio de correspondência ao SPA (Secretaria de Política Agrícola) e para o Ministério da Fazenda pleiteando o aumento das linhas de EGF para a Indústria para R\$ 50 milhões de teto e a inclusão do CE, do RN e da PB na área de abrangência do instrumento.

Marcelo Escorel da ANEA informa que os números da ANEA para a próxima safra são de 1,27 milhões de toneladas de produção de pluma e de 380 mil toneladas para exportação a um preço médio de US\$ 0,64 a libra/peso, que ao câmbio de hoje (US\$ 1,00 – R\$ 1,80) resulta em R\$ 1,15 a libra/peso FOB. Confirma que os fretes foram majorados em 25% a 30%. Sérgio De Marco faz o cálculo que o prêmio de PEPRO hoje então deveria ser de R\$ 11,00/@ para essas 380 mil toneladas comercializadas para exportação. Para as outras 300 mil toneladas vendidas para o Mercado Interno a preço de R\$ 1,30/lp, necessitaríamos de R\$ 8,00/@ de prêmio. Sérgio De Marco pede então a autorização para trabalhar em duas linhas de reivindicação de sustentação de prêmio ao governo: ou no suporte ao preço mínimo para os contratos de venda antecipada ou no atendimento à logística de transporte, cujo fator de correção da logística deverá ser alterado de 88% para 80%. Isso resultará em um aporte de R\$ 440 milhões em PEPRO Algodão para 2010, valor pleiteado pela Câmara Setorial do Algodão para esta safra. Pocho Silvera da ABIT alerta que o Índice ESALQ deverá cair na colheita e que 60% da produção ainda não contratada, serão comercializadas também abaixo do preço mínimo, o que elevará a necessidade de recursos, além dos R\$ 440 milhões.

6. Assuntos gerais;

O Sr. Gilson fez um relato da viagem realizada à Ásia para prospectar novas oportunidades de negócios. Relatou o interesse dos industriais asiáticos para algodão brasileiro. Jacarta, Taipei, Japão, China, Tailândia foram locais visitados e mais 80% dos industriais desses países se fizeram presentes. O Sr. Sérgio De Marco apresentou logo em seguida palestra sobre as perspectivas de preços internacionais e oportunidades de venda do algodão em nível mundial, que estará disponibilizada na página da internet da Câmara Setorial do Algodão no sitio do Ministério da Agricultura.

7. Encerramento

Não tendo mais assuntos a ser tratado o Presidente, Sr. Sérgio de Marco, encerrou a reunião, às doze horas. Eu, Lara Katryne Félix lavrei a presente ata.

Relatora: Lara Katryne Félix – Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – CGAC/SE/MAPA.